



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPG - MACEIÓ/AL – 01/03/2012
ATA 03/2012

1
2
3
4
5
6 (A gravação do áudio com base na qual foi elaborada esta ata apresentou problemas técnicos,
7 com diversos trechos inaudíveis. Fez-se um esforço de coleta dos dados essenciais nas
8 publicações acerca do evento, especialmente as notícias publicadas no site do CNPG e do
9 MP/GO.) Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e doze, às dez horas, no Hotel
10 Maceió Atlantic, sito à Avenida Álvaro Otacílio, 4065, Praia de Jatiúca, Maceió/AL, em Reunião
11 Ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da
12 União, estiveram presentes os Excelentíssimos Senhores Doutores: Kátia Rejane de Araújo
13 Rodrigues, Procuradora-Geral Adjunta, representando Patrícia de Amorim Rêgo, Procuradora-
14 Geral de Justiça do Acre; Eduardo Tavares Mendes, Procurador-Geral de Justiça de Alagoas;
15 Márcio Augusto Alves, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e
16 Institucionais, representando Ivana Lúcia Franco Cei, Procuradora-Geral de Justiça do Amapá;
17 Francisco das Chagas Santiago da Cruz, Procurador-Geral de Justiça do Amazonas; Alfredo
18 Ricardo de Holanda Cavalcante Machado, Procurador-Geral de Justiça do Ceará; Eunice Pereira
19 Amorim Carvalhido, Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios; José Marçal de
20 Ataíde Assi, Subprocurador-Geral de Justiça Administrativo, representando Fernando Zardini
21 Antônio, Procurador-Geral de Justiça do Espírito Santo; Rodolfo Pereira Lima Júnior,
22 Subprocurador-Geral de Justiça em exercício, representando Benedito Torres Neto, Procurador-
23 Geral de Justiça de Goiás; Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, Procuradora-Geral de
24 Justiça do Maranhão; Marcelo Ferra de Carvalho, Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso;
25 Antonio Siufi Neto, Procurador de Justiça, representando Paulo Alberto de Oliveira, Procurador-
26 Geral de Justiça do Mato Grosso do Sul; Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça
27 de Minas Gerais; Marcos Ferreira das Neves, Subprocurador-Geral de Justiça para a área
28 Jurídico/Institucional, representando Antônio Eduardo Barleta de Almeida, Procurador-Geral de
29 Justiça do Pará; Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, Procurador-Geral de Justiça da Paraíba; Adolfo
30 Vaz da Silva Júnior, Procurador de Justiça, representando Olympio de Sá Sotto Maior Neto,
31 Procurador-Geral de Justiça do Paraná; Aguinaldo Fenelon de Barros, Procurador-Geral de Justiça
32 de Pernambuco; Zélia Saraiva Lima, Procuradora-Geral de Justiça do Piauí; Cláudio Soares Lopes,
33 Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro, Presidente do CNPG; Eduardo de Lima Veiga,
34 Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul; Fábio Bastos Stica, Procurador-Geral de Justiça
35 de Roraima; Antenor Chinato Ribeiro, Subprocurador-Geral de Justiça, representando Lio Marcos
36 Marin, Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina; Maria Helena Fernandes de Barros,
37 Procuradora de Justiça, representando Orlando Rochadel Moreira, Procurador-Geral de Justiça de
38 Sergipe; Clenan Renaut de Melo Pereira, Procurador-Geral de Justiça de Tocantins; José Garcia de
39 Freitas Júnior, Vice-Procurador Geral da Justiça Militar, representando Cláudia Márcia Ramalho
40 Moreira Luz, Procuradora-Geral da Justiça Militar e Rosimeire Lopes de Lobo Ferreira,



1 Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho, representando Luís Antônio Camargo
2 de Melo, Procurador-Geral do Trabalho. Ao iniciar os trabalhos, Doutor Cláudio cumprimentou a
3 todos os presentes, agradecendo ao PGJ anfitrião, Doutor Eduardo Mendes, pela calorosa
4 recepção e saudou a presença do Presidente da CONAMP, Doutor César Mattar Jr., e dos demais
5 Procuradores presentes. Em sua fala inicial, o Presidente do CNPG ressaltou a importância da
6 integração entre os Ministérios Públicos de todos os Estados do Brasil e da União, como forma de
7 fortalecer ainda mais o papel do MP como agente de transformação social. Iniciando-se os
8 trabalhos, passou-se ao item 1 da pauta (Acompanhamento Legislativo), momento em que
9 Doutor Cláudio Lopes falou sobre a necessidade de manutenção da atuação conjunta entre CNPG
10 e CONAMP no acompanhamento legislativo. Ressaltou, ademais, ser muito favorável à criação do
11 comitê gestor, uma vez que, a partir da articulação das associações unidas, os parlamentares
12 teriam a percepção da força do Ministério Público. Na ocasião, Doutor Cláudio ainda citou o
13 artigo do Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional do MP/RJ, Doutor
14 Antonio José Campos Moreira, publicado no jornal O Globo em 29 de janeiro de 2012, e o debate
15 do qual o próprio Presidente do CNPG participou no canal Globo News, ambos defendendo o
16 poder de investigação do Ministério Público para apurar infrações penais. Na oportunidade,
17 pediu o apoio dos Procuradores e de suas assessorias, junto à mídia, para não aprovação da PEC
18 37/2011. Dando continuidade aos trabalhos, em atenção ao item 2 da pauta (Mesa de Diálogos
19 com o CNMP), Doutor Cláudio concedeu a palavra ao Conselheiro Alessandro Tramujas. Ao fazer
20 uso da palavra, o referido Conselheiro cumprimentou os presentes, inclusive o Procurador-Geral
21 de Justiça do seu estado de origem, Doutor Fabio Stica, PGJ/Estado de Roraima, e o Doutor
22 Eduardo Mendes, PGJ/Estado de Alagoas. O Conselheiro defendeu o fortalecimento das Leis
23 Orgânicas de cada estado e considerou bastante importante o diálogo entre o CNPG e o CNMP.
24 Relatou a aprovação de Resolução acerca das audiências públicas, ressaltando que nesse
25 processo foram consideradas as propostas encaminhadas pelo CNPG sobre a matéria. Destacou a
26 importância de se atentar para as Resoluções do CNMP, ressaltando a problemática de
27 contradições com as Leis Orgânicas dos Estados. Após, o Presidente reiterou o compromisso na
28 manutenção do diálogo entre o CNPG e o CNMP. Foi concedida a palavra ao Conselheiro Jarbas
29 Soares, o qual abordou o tema do controle de constitucionalidade *ex officio* de dispositivos de Lei
30 Orgânica Estadual no âmbito do CNMP, opinando ser contrário a esse controle administrativo
31 pelo Conselho. Em seguida, em atenção ao item 3 da pauta (Fórum Nacional de Gestão do
32 CNMP), Doutor Jarbas esclareceu que o aludido Fórum é ligado ao Planejamento Estratégico
33 Nacional, presidido pela Conselheira Cláudia Chagas. Na qualidade de Presidente do Fórum,
34 Doutor Jarbas esclareceu que enviou ofícios aos Estados, solicitando que estes ratificassem os
35 representantes indicados. O Conselheiro passou a palavra para o Promotor de Justiça Jairo Cruz
36 Moreira (MP/MG), um dos assessores do Fórum, o qual, após cumprimentar os presentes,
37 especialmente o Senhor Presidente do CNPG e o Doutor Alceu Marques, PGJ/Estado de Minas
38 Gerais, esclareceu que vem assessorando o MP/MG na área meio há alguns anos. Em face dessa
39 experiência, foi convidado pelo Doutor Jarbas para exercer a função de assessor no Fórum
40 Nacional. Esclareceu que o CNMP está abrindo um suporte, no sentido de oficializar o projeto de
41 implementação das boas práticas de cada estado. A finalidade, nas palavras do Doutor Jairo, é



1 conferir maior eficiência ao agir ministerial, propiciando aos PGJs um conhecimento mais célere
2 da instituição, principalmente ao assumir o cargo de gestor em cada estado. Esclareceu que o
3 Fórum apoia a implementação do Planejamento Estratégico, divulgando e colhendo as propostas
4 de cada estado, focadas na área meio. Doutor Jairo apresentou, brevemente, a estrutura
5 organizacional do Fórum, demonstrando a importância da apresentação de indicadores e
6 resultados. Informou que o Fórum terá uma reunião prévia nos dias 13 e 14 de março, e que
7 estaria agendada, para os dias 27 e 28 do mesmo mês, uma reunião, em Brasília, com os
8 membros e servidores indicados por cada Procurador-Geral, que passarão a fazer parte do Fórum
9 Nacional de Gestão. Em seguida, retomou a palavra o Doutor Jarbas, para reiterar o pedido aos
10 Procuradores-Gerais de indicação dos membros e servidores para a reunião do Fórum. Após
11 algumas considerações dos membros do CNPG acerca da iniciativa do Fórum, Doutor Cláudio, em
12 atenção ao item 7 da pauta (Plano Nacional de Comunicação), fez menção ao novo site do CNPG,
13 em que são postadas atualizações constantes e fotos, com um maior dinamismo nas
14 funcionalidades, além das informações sobre os grupos do CNPG. Ainda no âmbito desse item,
15 propôs a continuação da abordagem pelas Assessorias de Comunicação Social, para o mês de
16 março, do tema relativo à PEC 37/2011, o que foi aprovado pelo Colegiado. Em continuação,
17 passou-se ao item 8 da pauta (Apresentação do Regulamento do Prêmio de Jornalismo do
18 CNPG), franqueando-se a palavra à servidora do MP/RJ Denise Ramalho Nascimento, a qual
19 esclareceu que o objetivo do Prêmio é também apresentar à sociedade o papel do MP na
20 qualidade de agente transformador da realidade social. Esclareceu que o Prêmio será lançado na
21 data de 07 de maio de 2012, no Rio de Janeiro, e irá premiar as seguintes categorias: jornalismo
22 impresso, revista, telejornalismo e radiojornalismo, e as inscrições serão entre os dias 07 de maio
23 e 11 de junho. Retomando a palavra, Doutor Cláudio Lopes, ao ensejo de lançar o regulamento
24 do Prêmio de Jornalismo do Conselho, conduziu a escolha dos membros da Comissão Julgadora
25 do Prêmio CNPG de Jornalismo, sendo aprovada, à unanimidade, pelo Colegiado a escolha dos
26 Procuradores-Gerais de Justiça Benedito Torres Neto (MP/GO); Oswaldo Trigueiro do Vale Filho
27 (MP/PB); Fabio Bastos Stica (MP/RR) e Eduardo de Lima Veiga (MP/RS). O Presidente da CONAMP,
28 Doutor César Mattar Jr, abordou o tema da atuação da Defensoria Pública, questão que já foi,
29 inclusive, levada ao Supremo Tribunal Federal. Em atenção ao item 4 da pauta
30 (Acompanhamento dos Processos nos Tribunais), após as considerações da Presidente do Grupo
31 de Acompanhamento, Doutora Eunice Carvalhido (Procuradora-Geral do MP/DFT), foi concedida
32 a palavra ao Promotor de Justiça do MP/Goiás Cristiano Mota e Silva, o qual apresentou proposta
33 do referido Grupo, a partir de iniciativa do Ministério Público de Goiás, no sentido de que o
34 CNPG passe a intervir como “amicus curiae” nos processos judiciais de relevo em trâmite no
35 Supremo Tribunal Federal (STF) e nos demais tribunais superiores. Após manifestações favoráveis
36 do conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Doutor Tito Amaral, e do
37 subprocurador-geral para Assuntos Administrativos do MP-GO, Doutor Rodolfo Pereira Lima
38 Júnior, a proposta foi aprovada à unanimidade pelo Colegiado do CNPG. Em seguida, a
39 Procuradora-Geral adjunta para assuntos institucionais e administrativos do MP do Acre, Kátia
40 Rejane de Araújo Rodrigues fez uso da palavra para relatar os prejuízos causados pelas fortes
41 enchentes no Acre, em virtude das chuvas que atingiram o estado, desde o dia 9 de janeiro. Na



1 oportunidade, a referida Procuradora conclamou todos os membros do Colegiado a prestarem
2 sua solidariedade, mobilizando a sociedade brasileira para reverter o quadro, ao tempo em que
3 relatou as iniciativas tomadas pelo MP/AC, no sentido de resolver essa situação de calamidade
4 pública. Doutor Cláudio se comprometeu, na condição de Procurador-Geral do MP/RJ, com o
5 envolvimento de sua equipe nesse trabalho de mobilização. Na sequência, Doutor Eduardo
6 Mendes, PGJ/Estado de Alagoas, também prestou sua solidariedade, ressaltando que o seu
7 estado já enfrentou problemas com enchentes, e que pode prestar contribuição ao Acre nesse
8 assunto. Em seguida, o Presidente apresentou as atas da reunião anterior, as quais foram
9 aprovadas pelo Colegiado. Doutor Cláudio ainda apresentou resultado de pesquisa realizada pela
10 Fundação Getúlio Vargas, segundo a qual o Ministério Público é a terceira instituição mais
11 confiável do País, sendo o primeiro e o segundo lugar ocupados, respectivamente, pela Igreja
12 Católica e pelas Forças Armadas. Foi aprovada pelo Colegiado a prática de entrega de diploma e
13 do Colar do Mérito do CNPG a todos os Procuradores-Gerais em término de mandato, o que será
14 feito durante a Reunião a que comparecerem antes do fim do seu mandato, ou para os que
15 forem anfitriões, naquela ocorrida no ano de encerramento. Aprovou-se, nesse sentido, a
16 entrega do Colar do Mérito ao Doutor Eduardo Mendes, PGJ/Estado de Alagoas e ao Doutor
17 Fernando Grella, PGJ/Estado de São Paulo. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CNPG
18 declarou encerrada a sessão, sendo por mim, Maria Helena Nunes Lyra, Secretária Executiva,
19 lavrada a presente ata.

20

21

22

23

24

Claudio Soares Lopes
Presidente do CNPG

25

26

27

28

29

Maria Helena Nunes Lyra
Secretária Executiva do CNPG

30